

DOIS DEDOS DE PROSA

Nº113 Recife|PE Março|2026



Prosa de Interesse

ATER e Políticas Públicas - a experiência do projeto ATER Mulheres

Saiba mais nas páginas 4 e 5



O Sistema Unificado de ATER (SUATER) para uma ATER feminista, antirracista e agroecológica

Página 2



O PNAE Agroecológico e as mulheres agricultoras

Página 3



Assistência técnica para a agricultura urbana - O que é que temos?

Página 7

Leitoras e leitores...

No mês das mulheres, esta edição do Dois Dedos de Prosa tem por tema a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na vida das agricultoras familiares de base agroecológica. A ATER tem mais de 70 anos de existência no Brasil, mas é somente nos anos 2000, com a pressão dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil camponesas, que ela passa a incorporar a agenda política do feminismo e da agroecologia.

Aqui, estamos de olho nos debates da Política Nacional e do Sistema Unificado de ATER. A boa prosa é que o PNAE Agroecológico chega no município de Carneirinho, incentivando a compra da produção das agricultoras familiares da comunidade para alimentação de alunas/os da rede municipal de ensino. Também é uma prosa de interesse como a ATER pode mudar a vida de mulheres agricultoras, seja no acesso à políticas públicas para melhorar suas condições, seja por meio da transição agroecológica nos seus quintais, gerando renda e soberania por todo canto.

A Assistência Técnica para a agricultura urbana e periurbana é outro tema para reflexões e cobranças políticas que trazemos da comunidade, assim como o questionamento sobre uma ATER para a juventude em prosa, que busca permanecer no campo apesar dos desafios. Entre tantos debates, é importante também meter o bico na importância da ATER para as mulheres agricultoras familiares do campo, das águas, das florestas, periféricas, quilombolas, indígenas e jovens.

A todas e a todos, é um prazer recebê-los para mais Dois Dedos de Prosa! Boa leitura...

Rosa Sampaio,
Jornalista do Centro Sabiá



O Sistema Unificado de ATER (SUATER) para uma ATER feminista, antirracista e agroecológica

Por Aniérica Almeida

Coordenadora Técnico Pedagógica do Centro Sabiá

No Brasil, a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER já passou por diferentes tentativas de se firmar enquanto política pública para os povos do campo, das águas e das florestas. Vista como uma importante estratégia para avançar com o desenvolvimento rural, a ATER trouxe no passado uma visão homogênea dos territórios rurais, com uma perspectiva de diálogo unilateral e uma abordagem focada no público masculino, o que reforçou a invisibilidade do trabalho das mulheres. Somente nos anos 2000, após muitas reflexões produzidas pelos movimentos sociais do campo e pelas organizações da sociedade civil que atuam com assessoria técnica no meio rural, é que a ATER passa a incorporar a agenda política do feminismo e da agroecologia. A promulgação da Lei N° 12.188 de 2010 (Política Nacional de ATER) assume o compromisso de assegurar que seja contínua, pautada na educação não formal e direcionada para atuar junto à diversidade de sujeitos/as do meio rural. Com a lei promulgada, vem também um reconhecimento histórico sobre a importância do trabalho desenvolvido pelas mulheres. Garantindo a realização de ações cuja finalidade seja a promoção da autonomia pessoal, política e econômica feminina. A partir daí surgem algumas iniciativas voltadas especificamente para as agricultoras, que foram potentes e apresentaram resultados simbólicos e concretos na vida delas. A Lei de ATER em vigor não possui mecanismos que garantam recursos orçamentários para as ações a médio e longo prazo, como preza a lei. O que se tem são editais pontuais como as chamadas de ATER Mulheres e ATER Agroecologia que foram descontinuados e extintos



Foto: Darliton Silva | Acervo Centro Sabiá

em governos que não têm a Agricultura Familiar de base agroecológica como pauta.

Atualmente, há uma grande expectativa de que a ATER se efetive enquanto uma política pública de Estado. Está tramitando um Projeto de Lei para a criação do Sistema Unificado de ATER (SUATER) que será coordenado de forma federativa (Distrito Federal, Estados e Municípios), com um fundo orçamentário próprio (FUNDATER) e com mecanismos descentralizados de controle, garantindo a efetiva participação popular. A expectativa é que o SUATER fortaleça a Política Nacional, e promova o diálogo e reconhecimento do papel e da importância histórica do trabalho das mulheres, um instrumento contra o machismo e o racismo, tão arraigados no meio rural. Avante! Sem Feminismo Não Há Agroecologia!

Entre os dias 24 e 27 de março de 2026, Brasília recebe a III Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, onde reafirmamos que o SUATER que queremos deverá promover uma ATER feminista, antirracista e agroecológica.

Expediente:

Dois Dedos de Prosa é uma publicação do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Rua do Sossego, 355, Santo Amaro, Recife/PE – CEP: 50.100.150 – Fone: (81) 3223.7026 e (81) 3223.3323 – Email: sabia@centrosabia.org.br – Site: www.centrosabia.org.br – DIRETORIA – Presidenta: Maria Verônica de Santana. Vice-presidenta: Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade. Secretário: Tone Cristiano Feliciano da Silva. Conselho Fiscal: Alaide Martins dos Santos, Ivonete Lúcia Vieira e Marilene Nascimento Melo. COORDENAÇÃO GERAL: Maria Cristina Aureliano de Melo Ramos; COORDENAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA: Aniérica Almeida; COORDENAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL: Carlos Magno Moraes. EQUIPE TÉCNICA NOS TERRITÓRIOS: Amanda Cruz, Antônio Júnior, Edgar Caliente, Gabriel Hirata, Helenilson de Souza, Iris Maria Silva, Janaína Ferraz, Juliana Peixoto, Maria Edineide, Nicléia Nogueira, Orlando Santana, Rivaneide Almeida, Simone Arimatéia, Valquíria Florencio e Wellington Gouveia. EQUIPE ADMINISTRATIVO FINANCEIRA: Demetrius Falcão, Elivânia Leal, Iran Severino, Ivanildo Júnior, Jullyana Lucena, Natália Porfírio e Pedro Eugênio. NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO: Bárbara Bittencourt, Cecília Lopes, Darliton Silva, João Lucas França e Rosa Sampaio. O Trabalho do Centro Sabiá recebe apoio das seguintes organizações: Terre des Hommes Schweiz, Cáritas Alemã, PNUD, Both Ends, Gás Verde, Programa Cisternas e Programa Nacional de Agricultura Urbana/Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome/Governo Federal, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário/Governo Federal (ANATER/MDA), Serviço Florestal Brasileiro/Ministério do Meio Ambiente Mudança Climática/Governo Federal (SFB/MMA). EDIÇÃO: Rosa Sampaio (DRT/PE3510). REVISÃO: Bárbara Bittencourt. PROJETO GRÁFICO: Kelen Linck. DIAGRAMAÇÃO: Cecília Lopes. IMPRESSÃO: Provisual Gráfica e Editora Ltda. TIRAGEM: 1000 (um mil) exemplares.

Apoio: terre des hommes schweiz Oportunidades para jovens

Redes e articulações:



O PNAE Agroecológico e as mulheres agricultoras

Por Maria Cristina Aureliano

Coordenadora Geral do Centro Sabiá



Foto: Beto Figueiroa | Acervo Centro Sabiá

O PNAE AGROECOLÓGICO é uma iniciativa do Instituto Comida do Amanhã, do Instituto Fome Zero e do Instituto Regenera, organizações sem fins lucrativos brasileiras que contam com o apoio do Programa Mundial de Alimentos da ONU e da Fundação Rockefeller. O seu objetivo é impulsionar a transição agroecológica da agricultura familiar por meio da alimentação escolar, utilizando como **incentivo a lei que determina a compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o acréscimo de 30% quando este alimento é produzido de forma agroecológica**, garantindo mercado e preços justos para este tipo

de produção. Em 2026, esse mercado será fortalecido com o aumento do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a compra de alimentos da agricultura familiar do PNAE, de 30% para 45%.

A iniciativa busca ampliar a oferta de alimentos frescos e saudáveis nas escolas, e fortalecer a agricultura familiar, gerando renda para as famílias, e dinamizar a economia do território. Além disso, fortalecer a sustentabilidade e resiliência dos sistemas alimentares locais. O projeto está sendo desenvolvido em 11 municípios de 4 estados brasileiros. Em Pernambuco, a cidade escolhida foi Caruaru. A expectativa é que

essa diversidade de experiências construa aprendizados relevantes para influenciar nas políticas públicas de segurança alimentar do Brasil e do mundo.

O Centro Sabiá foi convidado para ser a organização de assessoria técnica do projeto em Caruaru, que envolverá 30 famílias agricultoras. Um dos critérios de escolha das famílias foi a organização comunitária, a comercialização em feiras agroecológicas e o fornecimento regular ao PAA e PNAE. Neste processo, a Associação de Mulheres Agricultoras Familiares - AMAF, da comunidade Carneirinho, teve destaque pela organização na produção de ovos e galinhas de capoeira, hortaliças e produtos beneficiados para o PNAE.

Entre 2023 e 2025, as mulheres da AMAF tiveram assessoria técnica do Centro Sabiá através do Programa ATER Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e acessaram recursos de fomento para estruturar suas produções e criações. Essa boa combinação entre assessoria técnica, recurso para investir na produção e a organização das mulheres fez uma revolução, triplicando o valor acessado e as entregas ao PNAE neste período. Hoje, elas colhem os frutos, e desejam que cada vez mais comunidades acessem às políticas de ATER porque elas abrem oportunidades para as mulheres.



ATER e Políticas Públicas - a experiência do projeto ATER Mulheres

Por Juliana Peixoto

e Iris Maria Silva

Coordenadora territorial do Agreste

Assessora Técnica do Centro Sabiá



Foto: Arnaldo Sete | Marco Zero Conteúdo

O programa **ATER Mulheres Rurais, Autonomia, Alimentação e Vidas Saudáveis**, que durou de 2023 a 2025, trouxe impactos positivos na vida das mulheres beneficiárias. A ação envolveu todos os estados do Brasil, beneficiando mais de 12 mil mulheres do campo, das águas e das florestas. Este foi um marco histórico na retomada das políticas públicas de ATER no Brasil, depois de um período de sucateamento, fruto do investimento do Governo Federal por meio da Agência

Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

A execução do projeto buscou elevar a autonomia econômica das mulheres, a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade e resiliência de seus agroecossistemas, o empoderamento e participação democrática das mulheres nos espaços de organização comunitária e de gestão, a melhoria de sua qualidade de vida e a garantia de viver sem violência.

Em Pernambuco, o Centro Sabiá foi uma das organizações que executou o programa nos municípios de Caruaru, Cumaru e Bezerros, na região Agreste, assessorando 300 mulheres, entre agricultoras familiares e quilombolas. Cerca de 50% desse público não possuía o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), conhecido como a identidade da/o agricultora/or, documento obrigatório para o acesso a dezenas de políticas públicas. Até aquele momento, essa parcela não havia



Foto: Arnaldo Sete | Marco Zero Conteúdo

acessado nenhuma das políticas públicas que conferem melhores condições de vida e dignidade às famílias do campo.

Nesse sentido, organizá-las para adquirir o CAF foi fundamental para que pudessem acessar a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e outros benefícios como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Isso foi possível graças ao trabalho conjunto com os parceiros habilitados para emissão do cadastro, como o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), o Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais (STR), o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) e as secretarias de agricultura dos municípios.

Durante o período do projeto, foram realizadas atividades individuais e coletivas que abordaram

temáticas produtivas, ambientais e sociais. Associado ao programa, as beneficiárias inscritas no CadÚnico também acessaram o Fomento Rural, que garantiu acompanhamento produtivo e social de forma concreta, a partir da transferência de um recurso financeiro não reembolsável de R\$ 4,6 mil. Esse investimento permitiu que mulheres em situação de extrema pobreza pudessem fortalecer seus respectivos projetos produtivos.

O Fomento foi acessado por cerca de 270 mulheres e injetado nas comunidades e municípios, fortalecendo a economia local, a estrutura e ampliação da capacidade produtiva, a diversificação da produção, a qualidade alimentar, a renda familiar e o empoderamento feminino.

Para a agricultora Luciana França, da comunidade Riacho do Boi, em Cumaru, o recebimento conjunto de ATER e Fomento foi fundamental para aumentar sua produção e gerar renda.

“Foi a realização de um sonho, porque eu sempre quis investir na criação de galinhas, mas não tinha condições, já que é preciso uma grande quantidade de animais e uma alimentação de qualidade. Com essa oportunidade, fiz um galinheiro e comprei comedouros, bebedouros, frangas de postura e galinhas. Depois, consegui um comprador, para quem forneço os ovos toda semana. Realizei este sonho”, disse a agricultora. Os depoimentos revelam as contribuições do programa ATER Mulheres na melhoria da qualidade de vida e no fortalecimento da produção de alimentos e da criação animal. Através dessa iniciativa, o empoderamento feminino chegou através da promoção da segurança alimentar e nutricional, da autonomia produtiva e financeira e das trocas de conhecimentos enquanto coletivo de mulheres do Semiárido.

Transição agroecológica e soberania nos quintais produtivos das mulheres do Semiárido

Por Rivaneide Almeida

Coordenadora territorial do Sertão do Pajeú do Centro Sabiá

Impossível pensar a transição agroecológica no Semiárido sem a participação ativa e protagonista das mulheres agricultoras: elas são pioneiras na adoção de práticas agroecológicas, pois já as vivenciam no dia a dia, na criação de pequenos animais, no cuidado com a água e nos quintais produtivos pelos quais são responsáveis.

Os quintais são espaços estratégicos para produzir comida de verdade, fortalecer a soberania e promover a segurança alimentar. Nesse sentido, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desenvolvida no **projeto Quintais para a Soberania**, a partir da parceria entre o Centro Sabiá (PE) e o CETRA (CE), fortalece e amplia práticas que já fazem parte da experiência cotidiana dessas agricultoras em diversos territórios e biomas de Pernambuco e do Ceará.

A partir de metodologias participativas, a ATER agroecológica e feminista reconhece e valoriza os conhecimentos locais, promovendo intercâmbios de saberes, o debate da divisão justa do trabalho doméstico, a experimentação de tecnologias sociais e o planejamento produtivo dos quintais. Esse processo contribui para qualificar o manejo agroecológico, diversificar a produção de alimentos, melhorar o uso sustentável da água e do solo e, principalmente, valorizar e dar visibilidade aos espaços de trabalho das mulheres, elementos fundamentais para o bem viver no campo.

Além disso, essa nova proposta de ATER incentiva a autonomia das agricultoras ao apoiar a organização da produção, o registro



Foto: Ana Mendes | Acervo Centro Sabiá

das atividades produtivas e a valorização econômica do que é cultivado nos quintais por meio das Cadernetas Agroecológicas. Ao tornar visível a contribuição das mulheres para a geração de renda e para a alimentação saudável das famílias e comunidades, o papel delas nas decisões sobre a produção e a gestão dos recursos da família e do território é fortalecido. Assim, os quintais produtivos tornam-se verdadeiros espaços de inovação agroecológi-

ca, onde se articulam a biodiversidade, o cuidado com as matas nativas, a produção de alimentos saudáveis e a geração de renda. Ao apoiar esses processos, o projeto contribui para consolidar caminhos concretos de transição agroecológica nos territórios rurais, tendo as mulheres agricultoras como protagonistas na construção de sistemas produtivos mais resilientes, sustentáveis e justos.



Assistência técnica para a agricultura urbana: o que é que temos?

Por Simone Arimatéia

Assessora técnica de agricultura urbana do Centro Sabiá



Foto: Arnaldo Sete | Marco Zero Conteúdo

No Brasil, a Assistência Técnica e Extensão Rural começa a se desenvolver na década de 1940, mas só em 2010 foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que tem como objetivo promover o acesso de agricultores familiares e comunidades rurais a serviços de qualidade e fortalecer a sua autonomia.

O crescimento das cidades, a verticalização e a diminuição de quintais e de áreas agricultáveis nos centros urbanos fizeram com que surgissem espaços coletivos de plantio, as hortas urbanas. Durante a pandemia de Covid-19, esse número de

hortas e quintais produtivos aumentou devido à necessidade das periferias de espaços verdes comunitários e de produção de alimentos.

Em 2023, o Governo Federal criou o Programa Quintais Produtivos, com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional e a autonomia econômica das mulheres rurais, por meio de acesso à assessoria técnica, insumos e equipamentos. Dentro do programa também são contempladas as mulheres que estão em áreas periurbanas, ou seja, próximas das cidades.

Em 2024, foi criada a lei que trata da Agricultura Urbana. A Lei nº 14.935 instituiu a Política

Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, visando promover a segurança alimentar e o uso sustentável de espaços urbanos para a produção de alimentos. Seus principais objetivos são:

1. Ampliar a segurança alimentar das populações vulneráveis;
2. Ocupar espaços urbanos ociosos para produção de alimentos;
3. Gerar alternativas de renda e atividades ocupacionais de abastecimento público, como escolas e hospitais;
4. Promover educação ambiental e a produção agroecológica nas cidades;
5. Estimular o trabalho em cooperativas e associações voltadas para a agricultura urbana;
6. Difundir a reciclagem e o uso de resíduos orgânicos na agricultura.

Apesar de não ser regulamentada, a assistência técnica urbana tem sido feita por ONGs em todo o País. Este ano, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) irá implementar tecnologias sociais para a produção de alimentos em pequenos espaços urbanos e rurais. O Sisteminha Embrapa será implantado em 20 cidades do Brasil, com o objetivo de fortalecer a segurança alimentar e nutricional das comunidades urbanas. As ONGs serão responsáveis pela implantação das tecnologias, como galinheiro, criação de peixe, minhocário, compostagem e horta, realizando assistência técnica. Esta será a primeira ação que acontece alinhada ao Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP) e que prevê a existência de assistência técnica para o urbano.



A ATER e o fomento mudando as nossas vidas

Por **Martilene Iraci do Nascimento**

agricultora familiar de base agroecológica,
beneficiada pelo projeto ATER Mulheres

Meu nome é Martilene, moro no Sítio Queimadas, do município de Cumaru. A assistência técnica foi muito importante para mim, porque possibilitou a realização do meu sonho, o que eu não conseguiria devido à falta de condições financeiras. Foi através da assistência técnica que tivemos acesso ao Fomento Rural e construímos o nosso galinheiro. Isso trouxe autoestima para a família, porque podemos ver os nossos animais e ter um local adequado para criá-los. A gente também pôde participar de atividades e de intercâmbios, conhecendo a realidade de outras famílias que também tiveram a assistência técnica. É um projeto muito importante. Que mais mulheres também possam ter acesso à assistência técnica, melhorando a sua qualidade de vida e de sua família!



JUVENTUDE EM PROSA

Como deveria ser uma ATER para as Juventudes?

Por Jaqueline Ferreira e Maria Aparecida L. Pereira

Integrantes da Comissão de Jovens Multiplicadoras/es da Agroecologia (CJMA)



Foto: Helder Tavares | Acervo Centro Sabiá

Sabemos das lutas das juventudes para construir um futuro melhor para o mundo inteiro. Nos territórios, essas lutas são ainda mais difíceis, lutamos para ter oportunidade de empregos, por igualdade, por água, por terra e por estudos de qualidade.

Para somar a essas lutas, estamos em busca de uma ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) na qual as juventudes sejam ouvidas e recebam assistência técnica com dignidade e oportunidades. Uma ATER que possa proporcionar cursos e capacitações para que as juventudes possam cuidar bem da sua terra, dos seus animais e do meio ambiente. Que traga recursos, fomento para compra de animais, construção de galinheiros, apriscos, currais e muito mais.

A ATER que queremos é feminista, com oportunidades, recursos e igualdade social. Buscamos que as/os jovens tenham direito a voz e a tomar decisões importantes dentro da comunidade. Por isso, é importante refletir com profundidade sobre como a assistência técnica pode ajudar verdadeiramente as juventudes que vivem no campo.

As políticas de ATER precisam acompanhar e ensinar as juventudes, entendendo que elas desejam permanecer no campo, mas não possuem os recursos e oportunidades necessários. Os jovens precisam de cursos, capacitações e orientações práticas que ajudem no dia a dia da produção, no cuidado com a terra, com os animais e com o meio ambiente. Também precisam aprender a administrar melhor sua produção para conseguir gerar renda e ter mais segurança.

É muito importante que os jovens tenham espaço para falar, dar opinião e participar das decisões na comunidade. Quando o jovem é ouvido, ele se sente valorizado e passa a acreditar mais no seu próprio potencial. Também é preciso olhar com atenção para as jovens mulheres, garantindo que elas tenham as mesmas oportunidades, apoio e incentivo para crescer e se fortalecer.

A ATER que queremos é aquela que acredita nas juventudes, que dá apoio verdadeiro e cria condições para que permaneçamos no campo com dignidade, ajudando nossas comunidades a crescer.



O jornal Dois Dedos de Prosa também está disponível para leitura na versão mobile. Baixe agora em nosso acervo digital: VoaFlix

